

Deficiência Física

De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência física é caracterizada como “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”.



Departamento de Educação Física da UFPR.
Foto: Sandro José da Silva

Deficiência Física

Na deficiência física definitiva, apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência. A deficiência física adquirida ocorre depois do nascimento, em virtude de infecções, traumatismos, intoxicações, acidentes de trabalho, de trânsito; doenças; amputações; ferimentos por arma de fogo etc.

De acordo com a limitação física apresentada pelo acadêmico (a), é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para viabilizar a participação do mesmo nas situações práticas vivenciadas em seu cotidiano, com autonomia. Dessa forma ele poderá otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. Como medida inclusiva, O Setor de Acessibilidade tem dialogado com profissionais da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações para promover a acessibilidade arquitetônica no Campus, além de disponibilizar mobiliário adaptado nas salas de aula e em alguns laboratórios.

Mobilidade Reduzida: é a condição do indivíduo que, por qualquer motivo, apresente dificuldade em movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. Não se enquadra como pessoa com deficiência, mas se beneficia de muitos dos recursos voltados à pessoa com deficiência física.

Acessibilidade Física

Para que um ambiente seja acessível, é preciso levar em conta alguns critérios. No Brasil, temos normas que estabelecem critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. As normas visam proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

O debate acerca da acessibilidade física teve início a partir da década de 60, com as discussões sobre o conceito de desenho universal. O Desenho ou projeto universal é o processo de criação de produtos acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades. A ideia seria de que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade. O Desenho Universal é uma tecnologia direcionada para todas as pessoas para evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.



Retirada do site www.maragabrilli.com.br

Sete princípios do Desenho Universal

Um projeto pensado pela lógica do Desenho Universal obedece a sete princípios básicos:

- Utilização equitativa: qualquer grupo de utilizadores conseguirá fazer uso;
- Flexibilidade de utilização: engloba diferentes tipos de uso, de acordo com preferências e capacidades individuais;
- Utilização simples e intuitiva: fácil de compreender, independente da experiência, conhecimentos, linguagem ou concentração do utilizador;
- Informação perceptível: fornece ao utilizador todas as informações necessárias, independente do ambiente e da capacidade sensorial de quem utiliza.

Sete princípios do Desenho Universal

- Tolerância ao erro: minimiza riscos decorrentes de ações acidentais ou involuntárias;
- Esforço físico mínimo: demanda o mínimo de fadiga, utilização eficaz e confortável;
- Dimensão e espaço de abordagem e de utilização: adequados para o manuseio e utilização, independente da estatura, postura e mobilidade do utilizador.

Em suma, o desenho universal, ou denominado “para todos”, é uma forma de promover a acessibilidade e, por conseguinte, a inclusão social. São exemplos de estruturas que consideram os preceitos do desenho universal: elevador com sensor nas laterais em diversas alturas, torneiras com sensores de movimento e calor, banheiros amplos com barras de segurança e espaço para rotação de cadeiras de rodas, rampas de acesso em calçadas, escadas e rampas com corrimão, maçaneta de alavanca, mesas e cadeiras com regulagem de tamanho e altura, entre outros.

Adaptações recomendadas

DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

- Ao falar com uma pessoa em cadeira de rodas, procure situar-se de frente e na mesma altura da pessoa, sentando-se, por exemplo.
- Nos CCR's em que estejam previstas atividades práticas, recomenda-se que sejam feitas adaptações para que o/a estudante não tenha prejuízo com relação à nota/aprendizagem;
- Estender o tempo de realização das atividades avaliativas (práticas), quando necessário;
- Incentivar o/a estudante a participar da aula e realizar as atividades solicitadas;

Adaptações recomendadas

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

- Verificar se há alguma barreira arquitetônica que esteja impedindo a participação/autonomia do/a estudante e informar ao Setor de Acessibilidade;
- Relatar ao Setor de Acessibilidade problemas relacionados às barreiras arquitetônicas que possam ocorrer no ambiente acadêmico;
- Estender, se necessário, o prazo de entrega de trabalhos, em especial os que demandem atividades práticas.(aqui não é pedagógico e já está no outro slide?)
- Pergunte ao usuário se quer alguma ajuda, dirigindo-se sempre a ele e não ao acompanhante, se for o caso;
- Ao ajudar um usuário de cadeira de rodas a descer uma rampa inclinada é preferível usar a “marcha ré”, para evitar que, pela excessiva inclinação, a pessoa desequilibre e possa cair para frente.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade e Edificações. Rio de Janeiro. 2015

BRASIL, Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004 - Acessibilidade Das Pessoas Portadoras De Deficiência Ou Com Mobilidade Reduzida, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Turismo e acessibilidade: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CARLETTO, A., Cambiaghi S., Desenho Universal - Um conceito para todos. Disponível em <https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf> Acesso em 10 de junho de 2019.

DE SÁ, E. D.; DE CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Docência Acessível - Ações De Acessibilidade - Deficiência Física - CAE/SAAD/UFSC. Disponível em <<http://cae.ufsc.br/files/2017/06/Defici%C3%Aancia-F%C3%ADsica.pdf>> Acesso em 10 de junho de 2019